

UE-ALC: Cooperação na luta contra as alterações climáticas

Nancy Gomes

A luta contra as alterações climáticas requer uma acção concertada dos países, soluções inovadoras e um grande investimento. A cooperação internacional torna-se, assim, essencial para atender a “emergência climática” que atravessa o planeta.

O papel da União Europeia no processo de transição energética

Se considerarmos o Pacto Verde de 2019 e a enorme atividade que a União Europeia (UE) tem vindo a desenvolver, desde a revisão da normativa energética até a economia circular, passando pelas medidas de financiamento sustentável, podemos dizer que os europeus estão decididos a liderar a luta contra as alterações climáticas, assumindo um papel preponderante no processo de transição energética, ou seja “podendo determinar os rumos, a maneira e as tecnologias que deverão ser utilizadas”¹. Trata-se aqui, pois, de promover um novo paradigma energético, para dentro e para fora.

Para dentro, a Declaração de Versalhes dos vinte e sete Estados membros, de Março de 2022, definiu um Plano de Acção para 2030 que visa a redução das dependências da Europa, inclusive no âmbito das energias. Neste âmbito, seguindo as orientações do Conselho, a Comissão Europeia aprovou, em Maio de 2022, a proposta RePowerEU, com o objectivo de aumentar a resiliência do sistema energético europeu e reduzir as dependências energéticas

dos combustíveis fósseis russos como resposta à invasão da Ucrânia. Para conseguir este objectivo, a Comissão estabeleceu um plano baseado nos seguintes pilares: poupança e eficiência energética, a diversificação dos provedores, e aceleração da transição verde europeia².

A grande dependência por parte da União Europeia da importação das chamadas matérias-primas críticas – a maioria provenientes da China –, como o lítio, níquel, silício, magnésio, paládio, e outros elementos indispensáveis para a indústria de impacto zero, a indústria digital, a indústria aeroespacial e os sectores da defesa, convertem a região da América Latina e Caraíbas (ALC) num parceiro estratégico, sendo que a estratégia europeia passa também, como vimos atrás, pela diversificação dos provedores. O Chile, por exemplo, conta com as maiores reservas de lítio do mundo.

O compromisso da América Latina e Caraíbas com a preservação do Ambiente

Os países da América Latina e Caraíbas tem mostrado desde o primeiro momento um sério compromisso com a preservação do meio ambiente. Já na década de 1970, os governos do Brasil, da Bolívia, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela assinaram o Pacto Amazónico com o objectivo de criar um mecanismo de desenvolvimento da

região amazónica. Este tratado serviria como instrumento multilateral de cooperação para tratar vários assuntos, entre os quais os estudos hidrográficos e climáticos. Em 1998, as partes decidiram institucionalizar de forma mais orgânica este esforço de cooperação regional através da criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazónica (OTCA), fixando a sua sede em Brasília.

“Os países da América Latina e Caraíbas tem mostrado desde o primeiro momento um sério compromisso com a preservação do meio ambiente(...)”

Num âmbito mais global, desde a Cimeira do Rio, os Acordos de Paris e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, até à assinatura mais recente, no âmbito ibero-americano, da Carta Ambiental – durante a XXVIII Cimeira Ibero-Americana realizada este ano (Março de 2023) em Santo Domingo – podemos observar uma vontade comum de todos os países da região de serem participantes deste compromisso.

Por outro lado, a região regista um bom histórico em matéria de soluções inovadoras. Recentemente, o Banco

de Desenvolvimento da América Latina ou Corporação Andina de Fomento (CAF), a Comissão Europeia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento identificaram mais de 130 projectos para financiar, por exemplo, para a produção de hidrogénio verde no Chile e Uruguai, de energias renováveis para a Jamaica, de mobilidade urbana sustentável em Bogotá, Quito, São José, São Paulo; de segurança alimentar na Guiana³.

UE – ALC: a institucionalização de uma parceria

A relação entre a União Europeia e a América Latina e Caraíbas foi ganhando institucionalidade e, por isso, uma certa continuidade ao longo do tempo através da realização das várias cimeiras entre as duas regiões, a primeira realizada no Rio de Janeiro, em 1999. A partir de 2013, dois anos depois da constituição da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos ou CELAC, o encontro ao mais alto nível passou a realizar-se no formato UE-CELAC.

Em 2013, na I Cimeira UE-CELAC, realizada em Santiago de Chile, as partes assumem a necessidade de uma acção concertada frente a problemas globais, no quadro do multilateralismo, através da criação de mecanismos efectivos de combate às ameaças à segurança dos Estados. Naquela ocasião, o anfitrião chileno, o então presidente Sebastián Piñera, propôs a criação de uma nova parceria estratégica, com uma relação “mais simétrica”.

Em 2015, o Plano de Acção que resultou da II Cimeira, realizada em Bruxelas, identificou as principais áreas de cooperação, entre as quais, o desenvolvimento sustentável, médio ambiente, alterações climáticas, biodiversidade e energia.

A III Cimeira decorreu este ano (Julho, 2023) em Bruxelas, depois de oito anos de desencontros políticos e comerciais entre as duas regiões, alguns dos quais perduram até os dias de hoje, como por exemplo, os diferentes posicionamentos frente à crise humanitária que atravessa a República Bolivariana da Venezuela, e o impasse nas negociações entre a União Europeia e o Mercado Comum do Sul.

UE – ALC: uma parceria estratégica na luta contra as alterações climáticas

A III Cimeira UE-CELAC ocorre num contexto de hostilidades na Europa, de competição pelos recursos estratégicos entre as grandes potências, e de grande complexidade como resultado do aparecimento de novos centros de decisão política, para além dos governos dos Estados. É neste contexto que os países da União Europeia acordaram uma maior autonomia estratégica, para além do militar, no plano energético (Autonomia Estratégica Aberta).

Efeitos das alterações climáticas

- De continuar a tendência atual, estima-se um aumento da temperatura na ordem dos 4,7 graus na região da América Latina e Caraíbas.
- O impacto do aumento da temperatura poderá sentir-se nalgumas economias de forma mais dramática. Alguns países, como o Brasil, Paraguai e toda a América Central, poderão ver reduzido o seu PIB em mais de 28 pontos até 2050.
- Nos últimos 30 anos, o planeta viu reduzida a sua biodiversidade num 40%. A América Latina e Caraíbas é a região com o maior aumento na redução da biodiversidade. Em particular, as regiões tropicais viram reduzido num 94% o “Índice Planeta Vivo” como resultado também das alterações climáticas.
- A contaminação atmosférica pode conduzir à morte prematura de até 7 milhões de pessoas em todo o mundo.
- Países como a Costa Rica, El Salvador e a Nicarágua podem ver reduzida a produção agrícola até um 40% em 2050.
- Os ecossistemas de corais nas áreas costeiras das Caraíbas podem colapsar em 2050.
- A subida do nível do mar afetará o turismo e provocará mais deslocações e migrações forçadas em toda a região.

Fonte: II INFORME DEL OBSERVATORIO LA RÁBIDA DE DESARROLLO SOSTENIBLE Y CAMBIO CLIMÁTICO PARA IBEROAMÉRICA, 2021. <https://www.segib.org/innovacion-para-el-desarrollo-sostenible-en-iberoamerica>

Compromisso da União Europeia na América Latina e Caraíbas através das suas iniciativas verdes

Euroclima: Programa no quadro do Global Gateway criado há mais de uma década para apoiar a resiliência às alterações climáticas dos ecossistemas e comunidades vulneráveis da região, através da implementação de acções específicas que contribuam com a transição verde e justa nos 33 países da América Latina e Caraíbas.

Euroclima+: Iniciativa que apoia a criação de cenários climáticos regionalizados em vários países com base nas indicações do último relatório do IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, através do fortalecimento dos serviços meteorológicos nacionais, de acordo com as suas necessidades.

AL – Invest Verde: Iniciativa que promove o crescimento sustentável e a criação de emprego na América Latina, facilitando a implementação de modelos de produção sustentáveis.

Amazonia+: Estratégia que visa melhorar a capacidade dos países da bacia amazónica para mitigar as emissões de CO2 e para se adaptarem aos efeitos das alterações climáticas, enquanto reduzem a degradação da floresta e melhoram a protecção da sua biodiversidade, em cooperação com os povos indígenas e as comunidades locais.

Lacif: Instrumento regional da União Europeia para aportar financiamento aos sectores chave essenciais para a consecução da Agenda Global do Investimento Gateway na região de América Latina e Caraíbas.

Fonte: Secretaria-Geral Ibero-Americana - SEGIB, <https://www.segib.org/cooperacion-iberoamericana/>

“A liderança europeia do processo poderá facilitar à União Europeia a continuidade no exercício do seu papel tradicional como potência normativa e promotora do multilateralismo(...)”

Na Cimeira de Julho passado ficou evidente que se há temas de consenso entre as duas regiões os mesmos estão associados à luta contra as alterações climáticas e à “transição energética justa”. Neste sentido, a União Europeia comprometeu-se a destinar pelo menos 30% do seu orçamento de cooperação a iniciativas relacionadas com o clima e a biodiversidade na América Latina e Caraíbas. Na ocasião do encontro em Bruxelas, concreta-

mente, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou um investimento de 45 mil milhões de euros para apoiar a parceria reforçada com a região latino-americana e caribenha até 2027, no âmbito do Global Gateway, uma plataforma de investimentos da União Europeia destinada a projectos como a promoção de energias renováveis. Efetivamente, mais de 70% dos projetos do Global Gateway para a América Latina e Caraíbas concentram-se em questões como a produção de lítio e cobre, a promoção do hidrogénio verde ou limpo e a implementação de bónus verdes.

Relativamente ao tema das alterações climáticas, vale a pena referir que o posicionamento da América Latina e Caraíbas se orienta pela convicção de que são os países mais desenvolvidos ou mais poluidores os que devem assumir as suas responsabilidades, financiando os custos deste combate para a preservação do ambiente.

Conclusão

Apesar do contexto atual cheio de incertezas e complexidade e dos desencontros políticos e comerciais entre as duas regiões, há consenso nos temas associados à luta contra as alterações climáticas e a uma transição energética justa. O resultado esperado da execução dos projetos poderá dar mais sentido à cooperação entre as partes e dotar o espaço bi-regional de capacidade estruturante para dentro e para fora.

A liderança europeia do processo poderá facilitar à União Europeia a continuidade no exercício do seu papel

tradicional como potência normativa e promotora do multilateralismo, enquanto aumenta a sua Autonomia Estratégica Aberta. Desde a Europa propõe-se uma parceria estratégica mutuamente benéfica, fomentando a par do desenvolvimento económico e o investimento em infraestruturas na região, a mitigação dos impactos que já se sentem particularmente sobre as populações mais vulneráveis às alterações climáticas, nomeadamente as mulheres, as crianças, os idosos, as famílias que se dedicam à agricultura e as comunidades indígenas.

Referências

- ¹ Frenkel, Alejandro (2023). A cúpula UE-Celac: uma aproximação sem acordos?. Nueva Sociedad. Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert. [Consult. 10/09/2023]. Disponível em <https://nuso.org/articulo/ue-celac/pt/>
- ² Díaz Sánchez-Mariscal, Cristina (2023). América Latina y El Caribe como socio clave para la consecución de la autonomía estratégica abierta en el ámbito energético. El Futuro de la relación entre la Unión Europea y América Latina y el Caribe. Francisco Aldecoa e José Ángel Sotillo (eds.). Madrid: Catarata, pp. 155-156.
- ³ Díaz-Granados, Sergio (2023). Redefiniendo la relación entre la UE y América Latina. CAF (Banco de Desenvolvimento de América Latina e Caraíbas). Visiones. 14 de Agosto de 2023. [Consult. 11/11/2023]. Disponível em <https://www.caf.com/es/conocimiento/visiones/2023/08/definiendo-la-relacion-entre-la-ue-y-america-latina/>